

PRESERVAÇÃO

Prazo para entrega de relatório do Governo do Distrito Federal com medidas para proteger o patrimônio terminou no dia 1º deste mês, mas o documento ainda não chegou à Unesco

DF - Brasília

CORREIO BRAZILIENSE

07 FEV 2003

Kleber Lima 2.5.01



INVASÃO DE ÁREA PÚBLICA EM QUADRAS COMERCIAIS É UMA DAS IRREGULARIDADES COMETIDAS NO PLANO PILOTO

Tombamento da cidade ameaçado

Valéria Feitoza
Da equipe do Correio

D aqui a quatro meses, seis países que compõem o Bureau do Patrimônio Mundial — subordinado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) — voltarão suas atenções novamente para Brasília. Três anos depois de atestar as agressões ao tombamento da capital federal, o grupo vai analisar se Brasília merece ou não entrar na lista de patrimônio em risco da Unesco. A reunião pode render um grande constrangimento ao Brasil. O motivo é que, até agora, os órgãos de preservação do DF ainda não mandaram aos técnicos da Unesco nenhum relatório sobre as medidas que serão adotadas para preservar Brasília.

Em janeiro do ano passado, a Unesco estabeleceu uma data limite para que a Subsecretaria de Urbanismo e Preservação do GDF e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) mandassem relatórios sobre o que foi feito para cumprir as recomendações feitas em 2001 pelo

Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, que reúne, além do Bureau, outros 15 países. O prazo acabou dia 1º de fevereiro, mas os documentos ainda não foram enviados. Até agora, o único documento recebido pela Unesco foi um relatório do GDF a respeito da criação de um plano de preservação para a área tombada.

“Cada dia de atraso na chegada dos relatórios significa mais pressão sobre os técnicos que irão analisá-los”, explica Jurema Machado, coordenadora de Cultura da Unesco em Brasília. A partir do parecer do Bureau, o Comitê do Patrimônio Mundial vai decidir, em dezembro, sobre a inclusão de Brasília na lista de patrimônio em risco. “O atraso dos relatórios não aumenta nem diminui as chances de inclusão na lista. Mas serão a prova de que as dificuldades para conter as agressões não foram superadas”, avalia Jurema.

DOSSIÊ

A subsecretária de urbanismo e preservação, Eliana Klarmann, afirma que o governo tem pronto um dossiê com todas as medidas adotadas para

frear as agressões ao patrimônio. “Ele foi mandado em dezembro para o Conselho Internacional para Monumentos e Sítios (Icomos), que presta consultoria para a Unesco. Mas vamos mandar também uma cópia para a Organização, se for necessário”, explica. O superintendente do Iphan em Brasília, Cláudio Queiroz, informa que o dossiê do instituto está em fase de conclusão e estará em escritório da Unesco até o fim do mês.

À parte as discussões sobre o prazo, Iphan, GDF e Ministério Público Federal concordam que o

alarme disparado pela Unesco, ao anunciar a possibilidade de incluir Brasília na lista de patrimônio em risco, motivou uma interação maior entre os órgãos e ações mais eficazes de proteção ao tombamento. “A transformação da Gerência Executiva do Iphan de Brasília em superintendência, as ações civis públicas que ajuizamos, a criação do Conselho de Gestão da área tombada e o início da elaboração do Plano Diretor para essa região são avanços muito importantes que fizemos em 2002”, enumera o procurador federal Alexandre Camanho.

O trabalho, porém, ainda está longe do ideal. As discussões sobre invasão de áreas públicas nas comerciais, sétimo pavimento nos prédios residenciais e poluição visual ainda não geraram nenhum consenso. A criação do cinturão de proteção da área tombada, assim como o Plano Diretor para a região, também ainda não saíram do papel. “Isso sem falar nas leis distritais e liminares que acabam permitindo abusos e dificultando nosso trabalho”, revela o arquiteto Cláudio Queiroz. “Sem dúvida, o caminho a percorrer ainda é longo.”